

**FACULDADE PATOS DE MINAS
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA**

GUSTAVO DE OLIVEIRA SILVA

**INCLUSÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS/SURDO
NAS SÉRIES INICIAIS**

PATOS DE MINAS

2018

GUSTAVO DE OLIVEIRA SILVA

**INCLUSÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS/SURDO
NAS SÉRIES INICIAIS**

Artigo apresentado à Faculdade Patos de Minas como requisito parcial para a conclusão do Curso de Educação Física – Licenciatura.

Orientadora: Profa.^a Esp. Tatiana Alves Silva.

PATOS DE MINAS

2018

GUSTAVO DE OLIVEIRA SILVA

**INCLUSÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS/SURDO NAS
SÉRIES INICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ____ de dezembro de 2018,
pela comissão examinadora constituída pelos professores:

Orientadora: _____

Prof. Esp. Tatiana Alves Silva.

Faculdade Patos de Minas

Examinador: _____

Prof. Mestra Célia Regina Bernardes.

Faculdade Patos de Minas

Examinador: _____

Prof. Mestra Renata Ferreira dos Santos Oliveira.

Faculdade Patos de Minas

*Dedico este trabalho a minha família,
que me deu, a cada dia, sustentação e
motivação para seguir em frente.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a conclusão deste trabalho a minha família, que a todo o momento esteve ao meu lado, sempre buscando o melhor para minha formação pessoal e profissional.

“Minha energia é o desafio, minha motivação é o impossível, e é por isso que eu preciso ser, à força e a esmo, inabalável”.

Augusto Branco

INCLUSÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS/SURDO NAS SÉRIES INICIAIS

Autor: Gustavo de Oliveira Silva ¹

Orientador: Tatiana Alves Silva ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a ampliação das áreas de conhecimento, a fim de demonstrar a importância da educação no processo de inclusão, nas séries iniciais. Teve como fonte de pesquisa, a revisão bibliográfica, buscando, por meio de artigos, estudos e ideias, elevar o conhecimento á cerca do tema proposto, buscando dessa forma, a valorização da inclusão e evidenciando a importância do profissional da educação física nesse processo. Com coerência e compromisso ao tema proposto, através da análise de diversos artigos e conteúdos, evidencia-se a importância da inclusão do aluno com deficiências auditivas/ surdo nas séries iniciais. Através dessa iniciativa inclusiva, a criança torna-se capaz de se desenvolver de forma integral, explorando ao máximo suas capacidades e potencialidades, desenvolvendo com a ajuda do profissional da educação física, importantes áreas, como as voltadas a aspectos afetivos, cognitivos, sociais e motores.

Palavras-chave: Inclusão. Ensino. Escola. Professor.

ABSTRACT

The purpose of this article is to expand knowledge areas, in order to demonstrate the importance of education in the inclusion process, in the initial grades. It had as a research source, the bibliographic review, searching, through articles, studies and ideas, to raise knowledge about the proposed theme, seeking in this way, the valorization of inclusion and highlighting the importance of the physical education professional in this process. With coherence and commitment to the proposed

¹Aluno do Curso de Educação Física – Licenciatura da Faculdade Patos de Minas (FPM) formando no ano de 2018, e-mail do aluno: guoliveira@algartelecom.com.br

²Professora de Educação Física no curso de Educação Física – Licenciatura da Faculdade Patos de Minas. Especialista pela FIJ – Faculdades Integradas de Jacarepaguá, e-mail do professor: tatiana.silva@faculdadepatosdeminas.edu.br

theme, through the analysis of several articles and contents, it is evident the importance of the inclusion of students

Keywords: Inclusion. Teaching. School. Teacher.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem como fundamentação a inclusão do aluno com deficiência auditiva/surdo nas séries iniciais da educação infantil, diante das lutas vividas pela comunidade surda torna-se necessário à exposição e a afirmação do que se foi conquistado, visando disseminar o conhecimento perante a sociedade sobre a importância da inclusão da criança “surda” no contexto educacional, buscando também, destacar a importância do profissional da área da educação física nesse processo. Com o propósito de promover o desenvolvimento de forma integral do indivíduo, que, em fases históricas anteriores, enfrentaram vários obstáculos e, ainda nos dias atuais, sofrem preconceito em meio à sociedade.

Piccolo e Mendes (2013, p. 465) afirmam que:

[...] se é a sociedade que incapacita as pessoas com deficiência, a única forma de estas alterarem tal situação é mediante intensas lutas para transformar o estado atual de forças e assumirem o controle sobre suas próprias vidas.

Falar sobre o tema demonstra que ainda vive-se uma luta incansável pelo fim do preconceito e uma busca constante pela igualização dos direitos, os quais são garantidos por lei, independentemente da condição física ou psicológica do indivíduo. As lutas pela igualização das condições e direitos se fazem necessárias, como mencionado na citação acima, visando à emancipação do indivíduo com deficiência auditiva/surdo, tornando-o capaz de se socializar e se constituir como cidadão, desenvolvendo-se de forma integral em convívio ao meio social.

De acordo com Strobel (2008, p. 42):

A presença do povo surdo é tão antiga quanto a humanidade. Sempre existiram surdos. O que acontece, porém, é que nos

diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos.

Diante do informado acima, torna-se necessário á conscientização e a elaboração de um acervo de informações, baseado e referenciado por teorias e estudos nos quais, busquem demonstrar a importância da inclusão social, do profissional da educação física nesse processo e dos benefícios causados por essa iniciativa. Embasado nessas ideologias, constitui-se as informações contidas nesse artigo.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

O início da educação dos surdos no Brasil teve início em 1855, com a chegada de Ernest Huet, convidado por Dom Pedro II, com a missão de fundar no Brasil, a primeira escola de surdos do país. Dois anos mais tarde, em 1857, no Rio de Janeiro, foi fundada a primeira escola de surdos do país, conhecida atualmente como INES (STROBEL, 2008).

Com o surgimento da necessidade de inclusão do deficiente auditivo/surdo ao contexto da educação e da alfabetização, após um longo período de exclusão dos mesmos, vários foram os desafios encontrados, a fim de estabelecer uma prática pedagógica capaz de atender de forma eficaz as necessidades educacionais dos deficientes auditivos/surdo.

Muitos estudiosos da época defendiam a alfabetização utilizando práticas pedagógicas através da língua oral, já outros acreditavam que o método de linguagem sinalizada se constituía mais eficaz e adequado para a alfabetização.

Segundo Capovilla (2000, p. 102):

O método oralista objetivava levar o surdo a falar e a desenvolver a competência linguística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se como um membro produtivo do mundo dos ouvintes.

No Brasil, os avanços na educação dos deficientes auditivos/surdo começaram a surgir após o bilinguismo, com a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) através da lei (Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002). Estabelecendo

assim, a oficialização de libras, como língua materna da comunidade surda brasileira, deixando então, a língua portuguesa como segunda língua, utilizada no contexto educacional do surdo, na modalidade escrita.

Santana (2007, p. 166) afirma que:

O bilinguismo inaugura um novo debate na área da surdez, ele defende a primazia da língua de sinais sobre a língua portuguesa, antes aprendida simultaneamente na comunicação total, ou isoladamente no oralismo. Essa primazia, defendida por muitos autores tem por base dois argumentos. Primeiro, a presença de um período crucial para a aquisição da linguagem. Segundo a existência de uma competência inata, na qual para aprender uma língua, bastaria estar imerso em comunidade linguística e receber dela inputs linguísticos cruciais.

A língua brasileira de sinais constitui-se como elemento fundamental no processo de alfabetização da criança com deficiência auditiva/surdo, proporcionando, através de sua utilização, a comunicação entre os alunos, os colegas e os professores, podendo ser traduzida pelo interprete, caso o professor não possua domínio sobre a língua.

Sobre o interprete, profissional de grande importância no processo de inclusão do deficiente auditivo/surdo no contexto educacional, destaca-se a lei (Lei n.1098, de 19 de dezembro de 2000) que formaliza a atuação do interprete, que são considerados, a partir de então, profissionais, em decorrência dos conhecimentos específicos que os mesmos possuíam.

3. INCLUSÃO

Muitos foram os obstáculos enfrentados pelo deficiente auditivo/surdo ao longo da história, marco de grande importância nessa luta pela busca e igualização de direitos, se pode citar como de grande relevância, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015), que tem como objetivo, a garantia dos direitos e a igualização das condições de liberdade e acessibilidade do indivíduo com deficiência.

Em diversas partes do mundo, a ideia inclusiva de pessoas com deficiência auditiva, na rede de ensino, começaram a ser vistas de forma mais abrangente, buscando a igualização dos direitos dos indivíduos, visando também a socialização.

Ideia essa, que no Brasil veio a ser fortalecida, pela lei de inclusão, após o decreto-lei de julho de 2015.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 17-18):

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

São várias as opiniões e linhas de pensamentos existentes, se tratando de crianças com deficiência auditiva/surdo e ciclo regular de ensino. De uma forma geral, as afirmativas favoráveis à inclusão dos mesmos ao meio regular de ensino são mais comuns, pois seguem as racionalidades em respeito às condições iguais e intrasferíveis de direitos presentes na constituição, onde são garantidos direitos iguais a todos, independentes da capacidade física ou mental do indivíduo.

De acordo com Dutra (2003, p.46):

Inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino, com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.

Tomando como referência e linha de pensamento as citações acima, a inclusão consiste em uma forma de ligar a realidade de sujeitos com algum tipo de deficiência, independente de sua natureza, ao convívio social, de forma igualitária e humana, buscando, através das adaptações, extrair o máximo de suas capacidades e potencialidades. Contribuindo assim, para a formação cidadã do indivíduo, tornando o mesmo, capaz de lidar com as adversidades da vida, de forma equivalente a qualquer cidadão, independe de raça, classe, gênero ou qualquer outra característica.

Diante do conhecimento da importância da educação inclusiva, diversos são os caminhos a serem percorridos, para que, de fato o processo inclusivo aconteça de forma eficiente e responsável.

Mrech (1998, p.37-39) enfatiza que o processo inclusivo é:

Um processo educacional que visa atender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve o fornecimento de suporte de serviços da área de educação por intermédio dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto.

Tendo como referência o conceito acima, a educação inclusiva, deve ter como objetivo principal, o desenvolvimento de forma integral da classe, onde os alunos com deficiência consigam ter acesso aos conhecimentos essenciais, como qualquer outro aluno, sendo capazes, por bases destes, de se desenvolverem como cidadão participativo e crítico em meio à sociedade. Importante se torna também a interação de crianças sem deficiência, visto que tal experiência propicia aos mesmos, a visão e conhecimento dos mais diversos desafios da vida humana, contribuindo assim para o rompimento de barreiras ligadas aos preconceitos ainda existentes nos dias atuais.

Sabendo-se da eficácia da inclusão em escolas regulares, vê-se necessário, a viabilização de acesso aos meios considerados essenciais para a alfabetização da criança, nos mais diversificados aspectos, necessários, para que, de fato, seja possível não somente a inclusão ao meio regular, mas sim que essa inclusão propicie o desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e motor da criança.

Muitos ainda são os caminhos a serem percorridos, a fim de tornar-se a inclusão, um meio extremamente eficaz, não só para o rompimento de paradigmas e preconceitos ainda comuns em meio social, mas sim, para que, a criança tenha a condição de conviver e se relacionar de forma igual, nos mais diversos segmentos da sociedade, de forma equiparada a todo e qualquer cidadão.

4. O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO INCLUSIVO DA CRIANÇA SURDA

No cenário educacional escolar, se faz necessário, posicionar a educação física e o profissional de educação física como estimuladores do desenvolvimento da criança, seja ela pessoal, relacionados a áreas afetivas, motoras e cognitivas ou relacionadas a campos sociais, no qual, possuam como finalidade a participação do indivíduo em meio social, seja ela em atividades práticas ou em tarefas teóricas,

excluindo de suas práticas toda e qualquer discriminação em relação a limitações ou deficiências educacionais.

De acordo com Facion (2008, p.118) a escola deve tornar-se um espaço inclusivo, tornando-se assim capaz de cumprir seu papel social e pedagógico. O profissional de educação física possui importante papel na reformulação da escola, a fim de tornar a mesma, um ambiente capaz de atender as necessidades educacionais da criança com deficiência auditiva/surda. Ele ainda afirma que:

Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos.

Tal importância se dá pelo fato de que o professor, através de suas experiências nas aulas, consiga notar quais são as dificuldades encontradas durante sua regência, podendo então reformular suas didáticas e através de novas pedagogias de ensino, fazer com que essas dificuldades sejam eliminadas, contribuindo dessa forma para a reforma da escola e um melhor atendimento ao aluno deficiente.

Para que a participação da criança com deficiência auditiva/surdo se torne cada dia mais comum nas escolas regulares de ensino público ou privado, necessita-se que o profissional de educação física regente se capacite e seja capaz de lidar com as dificuldades, propondo através de suas atividades, o desenvolvimento integral da criança, mostrando através de suas didáticas pedagógicas, que o professor de educação física possui grande importância na construção social e cidadã da criança.

Segundo Minetto (2008, p.17):

Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência.

Atualmente, muitos ainda são os desafios encontrados pelo professor de educação física, quando em sua regência, no ensino regular, o mesmo se vê em

situações nas quais se faz necessário a articulação de atividades capazes de envolver todos os alunos da turma, independente de suas limitações educacionais. São esses desafios que impulsionam á busca pela atualização de suas pedagogias, visando através dessa iniciativa, a regência de forma adequada, explorando ao máximo as potencialidades do aluno com deficiência auditiva/surdo e respeitando suas limitações de comunicação e percepção de estímulos auditivos.

Necessita-se que o professor de educação física regente, dote-se de didáticas modernas, inclusivas, inovadoras, que sejam vistas pelos alunos de forma positiva, que esses se sintam motivados a participar e aprender com as atividades propostas e, dessa forma, possam extrair o máximo possível das aulas, absorvendo assim os conteúdos propostos pelas atividades e desenvolvendo ao máximo suas potencialidades.

Adotar metodologias modernas, nem sempre garantem a eficácia e objetividade das aulas, a inclusão em atividades físicas, vai além das metodologias previamente definidas, exige que o profissional tenha a capacidade e o domínio sobre a área em estudo, sendo capaz de lidar com situações adversas, usando em muito das situações a criatividade e a inteligência para elaborar atividades de acordo com a necessidade coletiva e individual que possam vir a acontecer durante o desenvolvimento das atividades.

Como profissional, exige-se que tal, procure, diante dos inúmeros caminhos hoje existentes, a capacitação e a evolução de suas didáticas e filosofias de ensino, buscando se adaptar e se capacitar para as mais diversas situações, promovendo assim, a evolução como profissional e se adequando as necessidades existentes em sua área de atuação.

Werneck (1993, p.56) afirma que:

Evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes! Alunos diferentes terão oportunidades diferentes, para que o ensino alcance os mesmos objetivos. Incluir é abandonar estereótipos.

Necessita-se que os paradigmas sejam excluídos da realidade escolar, torna-se necessário o estabelecimento de uma nova concepção a cerca das limitações e incapacidades, tornando-se as mesmas apenas como uma forma diferente de se

trabalhar uma determinada atividade, fazendo-se necessário a elaboração de atividades onde a comunicação seja feita de forma adaptada, a fim de atender de forma personalizada e eficiente o indivíduo com deficiência auditiva/surdo.

5. INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDO NAS SÉRIES INICIAIS

Sastre e Moreno (2003, p. 143) afirmam que, "[...] é necessário partir da ideia de que toda a aprendizagem é um processo dinâmico e, como tal, requer uma construção, e essa, por sua vez, requer algum tempo". Por se tratar de um processo dinâmico, no qual o tempo constitui elemento de grande importância no processo de aprendizagem, incluir o aluno com deficiência auditiva/surda nas séries iniciais, no ensino fundamental, torna-se fundamental para que de forma integral seja efetivada a aprendizagem da criança.

Torna-se também uma importante ferramenta de desmistificação de conceitos, existentes sobre a criança com deficiência auditiva/surda. A inclusão proporciona o contato direto da criança com e sem deficiência, rompendo preconceitos, viabilizando o contato próximo, a interação e a socialização da criança, eliminando, desta forma, barreiras e beneficiando todas as partes envolvidas no processo inclusivo.

Para crianças com deficiência auditiva/surda a inclusão em escolas regulares de ensino nas séries iniciais, ensino fundamental, caracteriza um passo importante no processo de socialização. Propiciam ao mesmo uma grande oportunidade de participação e convívio em meio social, desenvolvendo áreas afetivas, cognitivas e motoras, que dificilmente, seriam trabalhadas e estimuladas em séries avançadas.

Os estímulos precoces, nas séries iniciais da educação fundamental, podem ser de grande importância para o desenvolvimento da criança com deficiência auditiva/surda, os mesmos, propiciam a criança, melhores condições de desenvolvimento e independência. "As experiências precoces são de grande importância, pois devem proporcionar condições de desenvolvimento que valorizem a independência corporal e a maturidade emocional" (FONSECA, 1995, p. 9).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, conclui-se que em diversos momentos ao longo da história, várias foram as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência auditiva/surdo. Em vários momentos, os mesmos foram tratados como pessoas sem direitos, em muitas das vezes foram marginalizados, considerados por muitos sem capacidades de desenvolvimento e incapazes de conviver em condições normais em meio à sociedade. Com o passar dos anos, essas pessoas passaram a ser vistas de uma maneira diferente, começaram a serem incluídas na sociedade, sendo capazes então, de se desenvolver e explorar ao máximo suas capacidades e potencialidades.

Se falando em inclusão, várias são as concepções existentes a cerca da inclusão de pessoas com deficiência auditiva parcial ou total nas escolas regulares. Em sua grande maioria, como defendido no presente artigo, diversos autores se mostram favoráveis à inclusão em escolas regulares, pois possibilita que a criança com deficiência, se socialize, e tenha a oportunidade de conviver com crianças de sua faixa etária, e através dessa experiência, se desenvolver de forma integral, deixando de lado suas limitações, recuperando sua autoestima e se desenvolvendo integralmente, se tornando assim, um indivíduo capaz de exercer seus direitos e deveres.

No cenário da educação física, como parte fundamental no processo de inclusão, temos como principal responsável, o profissional da educação física, que busca, através de suas didáticas de ensino, promover de forma mais efetiva, a socialização, o desenvolvimento de áreas afetivas, cognitivas e motoras do indivíduo, respeitando suas limitações e trabalhando de forma responsável, buscando a reciclagem de suas práticas pedagógicas.

Por último evidenciamos a importância da inclusão de crianças com deficiência auditiva/surda, nas series iniciais, momento no qual, torna-se possível um melhor aproveitamento das potencialidades do aluno, através de atividades nas quais a criança se sinta motivada a participar, recuperando através das atividades, a autoestima, propiciando melhor aproveitamento e facilidade na socialização para cumprimento das séries posteriores.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades especiais**. Belo Horizonte: Mediação, 2006.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2001.

CAPOVILLA, F. C. Filosofias Educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.6, n. 1, p.99-116, 2000.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca-Espanha, 1994.

DUTRA, C. Inclusão que Funciona. **In Nova Escola**, setembro, 2003.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FONSECA, V. **Educação Especial**. 2ª edição, Porto Alegre: Artmed, 1995.

INCLUSÃO – **REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MRECH, L. M. **O que é educação inclusiva? Integração**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Especial, ano 6, n. 20, 1998 p. 37-39.

PICCOLO, G. M.; MENDES, E. G. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. **Educação e Sociedade**, v.34, n.123, p.459-475. 2013.

SANTANA, A. P. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo, Plexus, 2007.

SASTRE, G.; MORENO, M. **O significado afetivo e cognitivo das ações**. In: ARANTES, V. A. (Org.). **A afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 2003. p. 129-153.

STROBEL, K. L. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

STROBEL, K. **Surdos: vestígios não registrados na história**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro:WVA,1993.